



PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8312/09  
CONTRIBUINTE: QUATTOR QUÍMICOS BÁSICOS SA  
REPRESENTANTE LEGAL: Guilherme Pacheco Brito e outros  
AUTO DE INFRAÇÃO: 7115/09  
INFRAÇÃO: Artigos 26 e 27, c/c artigo 8ª, inciso I, da Lei 3.648/03 por falta de recolhimento de imposto pela responsabilidade tributária, com multa estipulada no art. 80, inciso I da citada Lei, em decorrência dos serviços prestados pela empresa CHIARELLI & WETZEL CONSTRUTORA LTDA através do contrato 33216/05.

Em sede recursal a ora Recorrente sustenta a não caracterização de serviços de construção civil e, por consequência, que não poderia ser considerada como responsável tributária, nos termos do artigo 8º, I da Lei Municipal n.º 3.648/03. Entende que a situação concreta envolve **serviço de manutenção e restauração dos DA 209, 210, 302 e 801, FA 238, 243, 249N, 255, 357, 751 e FB 33 por meio de aplicação de proteção contra fogo**, considerando que essa análise deve ser promovida em respeito a atividade-fim, ou seja, atividade preponderante na tipificação do serviço.

**Postula a subsunção no subitem 14.01 e 14.05 da lista de serviços da lei municipal.** Com esse entendimento ainda pretende o afastamento da competência tributária do fisco local, já que não se trata de exceção arrolada no artigo 14 da Lei n.º 3.648/03.

Insiste ainda na **impossibilidade da exigência da multa**, na medida em que a responsabilidade pelo tributo não implica responsabilidade pelas multas decorrentes do descumprimento de normas tributárias. Considera que houve sucessão e por força do artigo 132 do CTN seria indevida a citada exigência da Recorrente. Pondera, ademais, que a multa por seu caráter pessoal e subjetivo, somente pode ser aplicada ao autor da infração.

**Consta em fls.299-317 documentos, em fls.1651-1652 Auto de Infração, em fls.2301-2313 Impugnação, em fls.3703-3710 manifestação da fiscalização e em fls.5124-5152 Recurso Voluntário.**

Este é o relatório.

Passa-se a analisar o mérito do recurso, uma vez que tempestivo.



**REALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS. REFORMA e/ou REPARAÇÃO. VERIFICAÇÃO DO DEVER DE PRESTAÇÃO – DEVER PRIMÁRIO. SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE PROTEÇÃO CONTRA FOGO EM BENS IMOBILIZADOS. ENQUADRAMENTO ADEQUADO PELA FISCALIZAÇÃO.**

A Recorrente foi instada a apresentar documentos em ação fiscalizatória<sup>1</sup>. No que diz respeito aos serviços prestados por **Chiarelli & Wetzel Construtora LTDA.**, objeto do Auto de Infração em discussão, apresentou os documentos de fls.299-317. A partir da análise da referida documentação subsumiu a fiscalização os serviços prestados “nos Itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei 3.648/03”.

Na hipótese em julgamento pertinente a manutenção do enquadramento jurídico de serviços prestados pela fiscalização nos subitens 7.02 e 7.05, conforme trabalho irreparável encartado em fls.3703-3710.

Faz-se necessária a análise na hipótese da “anatomia obrigacional”<sup>2</sup>, isto é, promover a subsunção no anexo da legislação de regência a partir da identificação do dever primário de prestação. Neste sentido:

A dogmática contemporânea reconhece a complexidade dos vínculos obrigacionais. Essa compreensão permite clareza na análise da situação jurídica concreta. Carlos Alberto da Mota Pinto, consagrado autor português, apresenta em estudo próprio algo que se pode considerar assemelhado anatomia obrigacional. Considera referido autor que além dos deveres de prestação, ditos primários ou principais, que são aqueles tendentes a definir ou qualificar a tipicidade contratual, há os deveres secundários com prestação autônoma e os deveres secundários acessórios da prestação principal. E, por fim, ainda se tem os deveres de conduta.

Constata-se clara referência na documentação apresentada a “serviços de aplicação de proteção contra fogo”.

O exame atento do contrato n.º 33.216 e outros documentos permite a apreensão mais clara do serviço envolvido na operação econômica subjacente. O serviço prestado refere-

<sup>1</sup>Processo Administrativo n.º 8312/09, fls.12-38.

<sup>2</sup> *Cessão da posição contratual*, (reimpressão) Coimbra, Almedina, pp.335-339.



se a atividade de aplicação de proteção contra fogo em bens imobilizados, o que torna correta a subsunção nos subitens 7.02 e 7.05 do anexo da Lei n.º 3.648/03, que versa sobre a construção (7.02), reparação e conservação de **edifícios e congêneres** (7.05), situação, portanto, absolutamente diversa da manutenção ou restauração de **objetos**, próprias dos subitens 14.01 e 14.05.

Ressalta-se essa clara diferença por intermédio do quadro comparativo abaixo. O serviço prestado e em discussão não se concentra na mera manutenção ou restauro de um equipamento ou objeto. Envolve atividade que tem por escopo bens imobilizados, isto é, bens que foram outrora construídos, instalados ou montados e por isso necessitam de reparação, conservação ou reforma periódica a fim de manter suas qualidades e funcionalidades. Essas atividades e serviços são típicos de construção civil.

<b>Item 7 Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.</b>	<b>Item 14 Serviços relativos a bens de terceiros.</b>
<p><b>7.02 Execução</b>, por administração, empreitada ou subempreitada, <b>de obras de construção civil</b>, hidráulica ou elétrica e <b>de outras obras semelhantes</b>, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e <b>a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos</b> (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI).</p>	<p><b>14.01</b> Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, <b>manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto</b> (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).</p>
<p><b>7.05 Reparação, conservação</b> e reforma de <b>edifícios</b>, estradas, pontes, portos e <b>congêneres</b> (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).</p>	<p><b>14.05 Restauração</b>, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, <b>de objetos</b> não destinados à industrialização e comercialização.</p>



Os atos materiais praticados no serviço prestado envolvem – repita-se – aplicação de proteção contra fogo. O local objeto dos atos materiais praticados no serviço, isto é, DA 209, 210, 302 e 801, FA 238, 243, 249N, 255, 357, 751 e FB 33 figuram-se como bens imobilizados por definição legal.

**Reitera-se:** são bens incorporados artificialmente ao solo por meio de obra anterior de construção, instalação e/ou montagem em sentido amplo (item 7.02<sup>3</sup>). Bens imobilizados que constituem o complexo petroquímico e, portanto, sujeitos a reparação, conservação e reforma periódica.

Veja-se o teor do artigo 79 do Código Civil<sup>4</sup>:

**Art. 79. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.**

Inclusive segundo ainda o artigo 81 do citado Código, não perde a característica de bem imóvel os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

E mais, o Desembargador Nagib Slaib Filho, em artigo que trata especificamente acerca dos bens no vigente Código Civil, socorre-se ainda por antonímia da leitura do artigo 82 para compreensão de bem imóvel (ou imobilizado). Afirma: “*Obtém-se o conceito de coisa naturalmente imóvel por antonímia do que está no art. 82 sobre bens móveis: bem imóvel é o bem insuscetível de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração de substância ou da destinação econômico-social*”<sup>5</sup>.

É certo que os locais dos serviços prestados encontram-se funcionalizados e destinados a complexa atividade petroquímica, sendo que sua remoção, em sendo viável,

3 Subitem 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de **obras** de construção civil, hidráulica ou elétrica e **de outras obras semelhantes**, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a **instalação e montagem** de produtos, peças e equipamentos.

4 Cite-se ainda em termos de comparação jurídica a noção de bem imobilizado presente no *Codice Civile* e no Código Civil Português: “**Art.812 Distinzione dei beni.** Sono beni immobili il suolo, le sorgenti e i corsi d’acqua, gli alberi, gli edifici e le altre costruzioni, anche se unite al suolo a scopo transitorio, e in genere tutto ciò che naturalmente o artificialmente è incorporato al suolo.” e “**Art.204 (Coisas imóveis).** 1. São coisas imóveis:[...]e) As partes integrantes dos prédios rústicos e urbanos.[...] 3. É parte integrante toda a coisa móvel ligada materialmente ao prédio com caráter de permanência”.

5 Nagib Slaib Filho, *Notas sobre os bens no novo código civil*, Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v.9, n.35, 2006, p.52.



implica necessariamente na afetação da destinação econômico-financeira, que mantém sentido específico no próprio complexo petroquímico.

Confirma esse entendimento documento juntado pela Recorrente em que consta clara referência a **“serviços de construção civil” (fls.308)**. Poder-se-ia mesmo falar em confissão<sup>6</sup>!

Daí não ser factível o acolhimento da pretensão da Recorrente. Evidencia-se na hipótese serviço vocacionado a **construção, reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres” (= subitens 7.02 e 7.05)**.

A corroborar com a subsunção da atividade promovida cite-se o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. As atividades relacionadas aplicação ou substituição de revestimentos de bens imobilizados está inserida na seção “construção”, na divisão “serviços especializados para construção”. É o que se afere da consulta abaixo.

The screenshot shows a web browser window with the URL: <https://cnae.ibge.gov.br/?new=subclasse&tipo=cnae&versao=9.1.0&subclasse=4330401&chave=impermeabilização>. The page displays the classification hierarchy for the activity:

- Seção: E CONSTRUÇÃO
- Divisão: 43 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO
- Grupo: 43.3 Obras de acabamento
- Classe: 43.30.4 Obras de acabamento
- Subclasse: 4330.401 Impermeabilização em obras de engenharia civil

Notas Explicativas:  
Esta subclasse compreende:  
- a impermeabilização em edifícios e outras obras de engenharia civil  
Esta subclasse não compreende:  
- a aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores (4330.405)

Lista de Descritores  
Registros encontrados: 10  
Mostrar 10 registros por página

**Assim se afigura como *dever primário* no serviço prestado a reparação e/ou conservação dos bens imobilizados indicados por intermédio de aplicação de proteção**

<sup>6</sup> Código de Processo Civil: **Art. 389**. Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a **parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário**.



contra fogo.

Deste modo, os serviços prestados e documentados por intermédio do contrato e demais documentos de **fls.299-318** foram, no entender dessa Comissão julgadora, devidamente enquadrados pela fiscalização no ato de lavratura do Auto de Infração objeto de recurso **nos subitens 7.02 e 7.05.**

**MULTA. MULTA MORATÓRIA. ALEGADA SUCESSÃO POR INCORPORAÇÃO.  
SÚMULA 554 E.STJ. CABIMENTO.**

Não assiste razão à Recorrente no que diz respeito a pretensão ao afastamento da multa referida por punitiva incidente em razão de alegada incorporação.

Trata-se como previsto no Auto de Infração de multa moratória, nada obstante a matéria encontra entendimento assente e sumulado desde 2015 pelo Superior Tribunal de Justiça.

**Súmula 554 - Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.**

Sendo assim, resta mantida por essa Comissão Julgadora a multa moratória prevista no Auto de Infração em face da Recorrente.

**CONCLUSÃO.**

Pelo exposto, a Comissão de Julgamento de Recursos Tributários, **NEGA PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO**, decidindo pela manutenção do Auto de Infração de n.º 7115/09, por seus próprios fundamentos, devolvendo-se os autos ao Departamento competente para providências posteriores cabíveis.

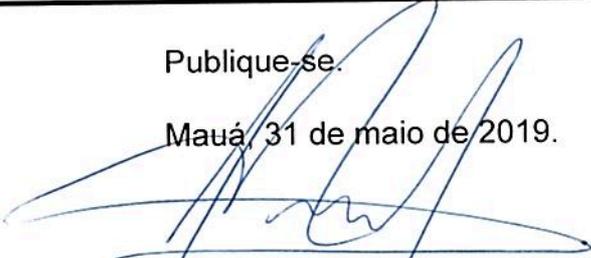


PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ  
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
RELATOR FELIPE RAMINELLI LEONARDI

---

Publique-se.

Mauá, 31 de maio de 2019.

  
FELIPE RAMINELLI LEONARDI  
Presidente da Comissão  
RF 37.533

  
RAFAEL MOREIRA FERREIRA  
Membro  
RF 36.829

  
MÔNICA APARECIDA MARQUES CAMPOS  
Vice-Presidente  
RF 36.043

  
LUCIANA SALLES COALHETA  
Membro  
RF 28.411